

ESTUDO DA DINÂMICA TERRITORIAL DA POSSE E USO DA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL NA ÚLTIMA DÉCADA CENSITÁRIA

Melissa Pereira Oliveri
Rosemeire Aparecida de Almeida

- Resumo expandido
- Projeto de pesquisa
- Relato de experiência

EIXO TEMÁTICO

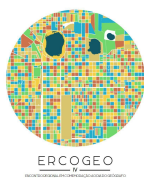
- Dinâmica Ambiental e Planejamento
- Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo
- Ensino de Geografia, Educação Ambiental e Práticas Pedagógicas

1) INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A atual formação territorial brasileira teve sua estrutura marcada pelo processo de concentração de terras e exploração do trabalho, tendo como consequência a geração de inúmeras desigualdades socioespaciais. Esse processo correlacionado a uma má administração política assegurou o favorecimento da elite brasileira e dos grandes proprietários capitalistas da terra, dividindo a terra e a riqueza do país de maneira desigual desde o princípio. Esse processo desencadeou uma majoração no preço da terra, tornando um bem natural, primordial para a sobrevivência humana, em mais uma mercadoria sujeitada a troca capitalista, onde a produção não está voltada para a reprodução social e o desenvolvimento econômico, mas sim, para a sobrevivência e reprodução do capital.

Distintivamente de outros países onde o capitalismo clássico democratizou a terra concentrada pela reforma agrária, o Brasil, pelo contrário, desenvolveu uma aliança entre o capitalismo industrial e o latifúndio, caracterizando um capitalismo rentista no campo, favorecendo a concentração de terras, criando uma sociedade controlada pelos capitalistas do campo, que se alimentam da renda adicional derivada da apropriação predatória da natureza, do fundo público, da violência e da super exploração do trabalho.

Um claro exemplo dessa violência contra a condição humana é o estado de Mato Grosso do Sul (MS), reconhecidamente latifundiário e violento, considerado um ícone do agronegócio. O modelo de “economia monocultora-exportadora” chamado agronegócio, é pautado na concentração de terras que favorece os grandes proprietários de terra capitalistas e a elite brasileira em detrimento das demais classes sociais, em especial os pequenos agricultores. Assim sendo, esse modelo age como uma arma ideológica da elite brasileira, atuando no controle e domínio da sociedade por meio da



IV ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGEO

“CÊNCIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO: A pesquisa científica, um instrumento essencial na formação de Geógrafos”

24 a 27 de maio de 2023 – Três Lagoas/MS

monopolização do território (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Desde o princípio a regionalização desse estado se deu mediante a exploração e a violência.

Os núcleos povoadores, ao adentrarem em território sul-mato-grossense, ocuparam áreas que já tinham donos, haja vista a presença dos povos originários, a exemplo dos Cayapó e dos Guarani, que viram suas terras e rios serem tomados por grupos ou indivíduos que por ali chegavam, reagindo quase sempre pelas ações de enfrentamento (BORGES, 2017, *apud* MEDEIROS, 2021, p.100).

Interessante destacar como referencial deste debate, que Paulino e Almeida (2010) fazem uma análise comparativa entre o estado de Mato Grosso do Sul e do Paraná, estados com extensão territorial diferentes, o primeiro com concentração exorbitante da terra. Todavia, o estudo aponta que o Paraná tem uma produção agropecuária muito superior ao Mato Grosso do Sul, indicando que a quantidade de hectares não corresponde a quantidade de produção.

Esses fatos a respeito do estado de Mato Grosso do Sul nos levam a reconhecer a importância de levantarmos uma análise desse estado, podendo abrir possibilidade de entender a dinâmica nacional, bem como as suas particularidades do uso e da posse da terra, já que sendo a terra base de nossa existência, quem detém muita terra, conseqüentemente controla a sociedade, gerando uma sociedade autoritária e violenta em todos os segmentos. “Dessa maneira, considerando a terra como indispensável para a vida, é de onde se produz alimento, moradia e trabalho, entende-se a concentração fundiária a raiz da desigualdade no país” (MEDEIROS, 2021, p.24).

Está evidenciado na bibliografia sobre a temática a existência de uma grande concentração de terras no estado de Mato Grosso do Sul.

Os dados do Censo agropecuário de 2006 registram um aumento significativo quanto ao número de estabelecimentos nas classes de área de até menos 10 hectares (46,09%) e de até menos 50 hectares (84,60%), enquanto que para as demais classificações de área ocorreu uma pequena redução comparada com os dados coletados pelo Censo de 1995/96” (ALMEIDA; KLUDAVICZ, 2011, p.46).

Neste sentido, vejamos a tabela do Censo Agropecuário comparando os censos 1995/96 e 2006.



IV ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“CÊNCIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO: A pesquisa científica, um instrumento essencial na formação de Geógrafos”

24 a 27 de maio de 2023 – Três Lagoas/MS

Figura 1: Tabela da Estrutura Fundiária - MS – 1995/96 e 2006

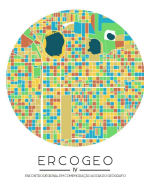
6 Grupos de Classes (ha)	Censo Agropecuário (1995/96)				Censo Agropecuário (2006)			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	9.170	18,55	39.680	0,13	13.396	20,65	64.817	0,22
De 10 - de 50	13.451	27,22	333.467	1,08	24.830	38,28	563.436	1,87
De 50 - de 100	4.302	8,70	303.695	0,98	4.447	6,86	310.264	1,04
De 100 - de 200	4.214	8,53	593.881	1,92	4.077	6,29	566.385	1,88
De 200 - 1000	11.209	22,68	5.398.798	17,45	11.209	17,28	5.428.720	18,06
Acima de 1000	6.902	13,97	24.273.252	78,44	6.603	10,18	23.123.327	76,93
Sem Área	175	0,35		---	300	0,46		
Total	49.423	100	30.942.772		64.862	100	30.056.947	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96 e 2006. Org: Kudlavicz, 2010.

Apesar da redução do tamanho dos grandes latifúndios - situação essencial - ela foi muito pequena e verifica-se que a concentração de terras ainda é significativa, ou seja, esta redução não demonstra uma grande desconcentração fundiária, “o Brasil desconcentrou *grãos de areia* ante a política fundiária e a luta pela terra,” (MITIDIERO JUNIOR *et al.*, 2017, p.11).

Em razão disso, a análise comparativa dos Censos realizada por Almeida e Kludavicz (2011) reforça este entendimento de que pouca coisa mudou. Evidenciando também a necessidade de novas análises a respeito da concentração de terras a partir do censo agropecuário mais recente, de 2017, a fim de verificar a dinâmica desta questão agrária no MS.

Esses dados apontam para o passado e o futuro do uso da terra. A análise das séries históricas do censo do IBGE, sobretudo de 1970 em diante, indica uma rápida evolução nos índices de produtividade decorrentes das mudanças das bases técnicas da produção, ao passo que revelam a perpetuação da concentração fundiária e de capitais e a presença marcante da agricultura camponesa. Nesse horizonte, revisitar o censo nos possibilita indicar e até concluir características fundantes da ocupação do espaço rural (MITIDIERO JUNIOR *et al.*, 2017, p.11).



IV ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“CÊNCIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO: A pesquisa científica, um instrumento essencial na formação de Geógrafos”

24 a 27 de maio de 2023 – Três Lagoas/MS

Conseqüentemente, o objetivo desta pesquisa é analisar o último censo agropecuário (2017) para entender a dinâmica desta concentração e as conseqüências no uso da terra na última década. Censo esse que passou por diversos cortes na produção dos dados e atrasos na sua realização, ocorridos não por neutralidade política, mas sim, por interesses do agronegócio. Sendo assim, “sem meias palavras, a melhor base de dados sobre o campo brasileiro esconde os dados dos latifúndios e mega-latifúndios” (MITIDIERO JUNIOR *et al.*, 2017, p.12).

As revelações obtidas com os Censos Agropecuários não são de interesse do grande agronegócio, podendo se constituir até em uma ameaça a esse setor. Por isso, é de interesse da grande agropecuária que o censo 2016 seja uma base de dados dilacerada e obscura, com intenções bem definidas pelo setor do grande capital agronegócio. Não é por menos que o novo censo será o **censo do golpe** (MITIDIERO JUNIOR *et al.*, 2017, p.10).

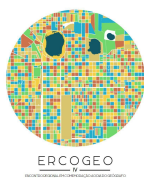
Ferreira (2022) informa que a concentração faz parte da estrutura fundiária do estado de Mato Grosso do Sul. Essa concentração é perceptível nos dados do IBGE (Censo Agropecuário de 2017), expondo que neste estado encontra-se 53.169 pequenos estabelecimentos, acima de 0 a menos 200 ha, ocupando 1.514.687 (5%) da área; 10.950 estabelecimentos médios, acima de 200 a menos de 1.000 ha, 5.412.368 (18%) da área; e 6.843 estabelecimentos grandes, acima de 1000 ha, ocupando 23.622.125 (77%) da área.

De acordo com a mesma autora, a análise desses dados indica que apesar de ter maiores quantidades de pequenos estabelecimentos, eles ocupam uma área mínima do estado, enquanto os grandes estabelecimentos, ainda que menores em quantidade, ocupam a maior parte das terras. Sendo assim, indica que o MS é, de fato, um estado latifundiário, concentrando a terra e as riquezas na mão de pessoas/grupos de família, em boa parte absenteístas.

Importante destacar que esta concentração da terra atingiu não só o estado de Mato Grosso do Sul, como também todo o território brasileiro, resultando em uma sociedade com extremas desigualdades, pautada na apropriação (indevida) da terra, essa que é um bem natural, que serve para a sobrevivência humana, mas que se tornou mera mercadoria capitalista de acumulação, sobretudo em um capitalismo rentista, como no caso brasileiro.

Esse histórico indica a necessidade de um aprofundamento de análises a partir do censo mais recente, de 2017, a fim de evidenciar a dinâmica atual do processo de concentração de terras e as conseqüências desse processo para a sociedade brasileira, especialmente no Mato Grosso do Sul, que está pautado em um crescente velho/novo discurso ideológico de que o estado é um grande símbolo de produtividade econômica, berço do agronegócio do gado, da soja, e agora, principalmente, do eucalipto.

Sendo assim, além de uma análise de escala estadual do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, objetivamos também gerar análises focais de diferentes realidades produtivas no Mato Grosso do Sul identificadas nos dados



IV ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGEO

“CÊNCIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO: A pesquisa científica, um instrumento essencial na formação de Geógrafos”
24 a 27 de maio de 2023 – Três Lagoas/MS

do Censo a fim de melhor entender as particularidades agropecuárias. Assim como para Medeiros (2021, p.14), quando escolhe a região de estudo:

Considerando que o estado de Mato Grosso do Sul possui uma das estruturas fundiárias mais concentradas do Brasil, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), sendo que 9,4% dos estabelecimentos possuem mais de 1.000 ha e detêm 76,4% da área ocupada pelo total de estabelecimentos no estado.

A autora afirma que, ao considerar terra concentrada como sinônimo de poder, é possível observar uma relação entre este fato e as múltiplas violências (re)existentes na estrutura da sociedade brasileira. Por conseguinte, se mostra de extrema importância se apropriar dos dados fornecidos pelo censo - esse que vem sendo sucateado pelas perspectivas neoliberais – a fim traçar essa relação entre terra concentrada e as violências socioespaciais.

Essa concentração da terra é a principal responsável pela intensa disputa pelo território que se dá, na região, entre os povos do campo e o agronegócio, destacando-se o frequente clima de tensão no Centro-sul do estado, tendo em vista o cercamento das terras indígenas pela agricultura capitalista/agronegócio (MEDEIROS, 2021, p.14 apud NARDOQUE *et al*, 2018).

Por fim, uma vez atingido este objetivo, buscaremos ampliar o recorte de análise para além da escala estadual/regional/local, introduzindo análise comparativa entre países, sobretudo para entender a relação entre concentração da terra e violência no campo, considerando que diversos outros países desconcentraram a terra. “Aqui, a concentração da propriedade da terra, diferentemente dos países centrais, nunca foi enfrentada enquanto contradição capitalista, mas sim incorporada nas relações de produção” (NEVES *et al.*, 2021, p.3).

2) OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

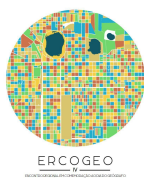
Objetivo Geral

Analisar a dinâmica territorial da posse e uso da terra em Mato Grosso do Sul na última década censitária por meio dos dados do IBGE, 2017, a fim de traçar uma relação entre a concentração de terras e as múltiplas formas de violências no território brasileiro.

Objetivos Específicos

- a) Contextualizar a concentração de terras no processo de estruturação territorial brasileira e como foi feita a divisão territorial em Mato Grosso do Sul.
- b) Averiguar a relação entre a concentração de terras e as violências socioespaciais no campo sul-mato-grossense.
- c) Levantar dados sobre a concentração de terras de outros países latino-americanos a fim de verificar se países com menor concentração de terra são países menos violentos.

3) METODOLOGIA



IV ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“CÊNCIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO: A pesquisa científica, um instrumento essencial na formação de Geógrafos”

24 a 27 de maio de 2023 – Três Lagoas/MS

A realização do estudo se dará em conjunto com o Laboratório de Geografia Agrária, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL).

A princípio, trata-se essencialmente de uma metodologia quantitativa, no entanto, ao considerar a não neutralidade dos dados, e que estes não falam por si só, evidenciamos que significa uma análise dos dados quantitativos, e não apenas uma leitura de números. Isto posto, se dará mediante ao estudo e fichamento de referências bibliográficas sobre a temática; estudo do censo agropecuário do IBGE 2017 no tocante a posse e uso da terra (dinamismo agropecuário, concentração da terra, agroecologia, etc.), e de outras fontes de dados ligado aos órgãos estaduais para geração de áreas focos de amostra da agropecuária, a exemplo de Três Lagoas, Dourados e Pantanal.

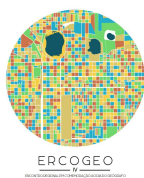
Além disso, nas áreas selecionadas para estudo a partir de critérios de concentração da terra, dinamismo agropecuário, agroecologia etc., estarão inseridos os sujeitos sociais que (re)produzem o espaço. Deste modo, é de suma importância uma associação entre a metodologia quantitativa e qualitativa, sobretudo nas áreas de focos de amostra da agropecuária, a partir de entrevistas e observações com esses sujeitos sociais que compõe o espaço e são afetados pelas dinâmicas que estruturam a sociedade brasileira de forma tão desigual e violenta, e que apenas pelos números não há a possibilidade de espacializar e evidenciar as opressões sofridas por esses sujeitos sociais.

A fim de favorecer ainda mais as análises, além dos dados obtidos a partir do censo do IBGE, também buscaremos outras fontes, como o INCRA e a CONAB para a pesquisa de dados.

4) RESULTADOS ESPERADOS

Considerando os fatos expostos a respeito da grande concentração de terras que desenvolveu uma estrutura social desigual, e sua possível correlação com as múltiplas violências existentes no território brasileiro, buscamos, com essa pesquisa, evidenciar a forma e o processo dessa concentração, bem como sua permanência e reprodução, a fim de orientar o debate junto a sociedade e as instituições públicas no tocante as necessárias intervenções que promovam a democratização da terra, a exemplo da Reforma Agrária e o estímulo a agroecologia, dito isso, esperamos levar esse debate para a sociedade através de publicações científicas; apresentações orais; participações em eventos; entre outros.

Por meio desse entendimento, outras formas de se relacionar com a terra e com a produção (como os camponeses) podem ser verificadas e analisadas, a fim de destacar relações não tipicamente capitalistas no campo, e assim buscar revelar a possibilidade de uma sociedade mais igualitária a partir do exemplo desse modo de vida camponês. Isto posto, por meio da educação buscamos propor formas de se verificar a possibilidade da emancipação dos sujeitos sociais, sobretudo daqueles que foram e estão condicionados ao inferior da hierarquia social, moldada a partir de uma estrutura que concentrou



IV ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“CÊNCIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO: A pesquisa científica, um instrumento essencial na formação de Geógrafos”

24 a 27 de maio de 2023 – Três Lagoas/MS

a terra na mão de poucos, logo, concentrou o poder na mão de poucos, gerando uma desigualdade exacerbada e violenta no território brasileiro.

Através disso, esperamos proporcionar uma base de dados a respeito do último censo agropecuário que sirva como material educativo para múltiplas análises no tocante a essa questão que se mostra tão urgente atualmente, posto que apesar dos avanços sociais, a desigualdade no acesso à terra se mantém de maneira intensa e violenta.

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A. de. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 21, p. 73-87, 2003.

ALMEIDA, R. A. de; KUDLAVICZ, M. A PONTENCIALIDADE DA PEQUENA UNIDADE DE PRODUÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL: OS CENSOS AGROPECUÁRIOS 1995/96 E 2006 EM DEBATE. In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; FAISTING, André Luiz (org.). **DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS**: um diálogo necessário. Dourados: UFGD, 2011. p. 45-66.

BARATELLI, A. E. S. **TERRA, ESTADO E CAPITAL**: a centralidade da renda da terra nas relações econômicas e de poder no município de três lagoas/ms. 2022. 217 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Geografia, Ufms, Três Lagoas, 2022.

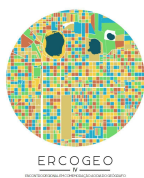
BARATELLI, A. E. S; MILANI, P. H. A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA VERSUS O ACESSO A HABITAÇÃO: TEMOS QUE FAZER A LUTA PELA TERRA, A LUTA PELA MORADIA. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 15, n. 30, p. 72-96, 2019.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. 2012.

GONÇALVES, J. S. A QUESTÃO AGRÁRIA NOS CLÁSSICOS REVISITADA: AS IDÉIAS, SEU TEMPO E SEU LUGAR. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, n. 8, p. 1-12, 1 ago. 1993.

EVES, J. C.; MELO, D. S.; NARDOQUE, S. A QUESTÃO AGRÁRIA NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO: um olhar sobre a propriedade da terra. In: IX SINGA X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 2019, Recife/Pe. **Anais [...]**.

LEITE, S. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **REVISTA NERA – ANO 8, N. 9 – JULHO/DEZEMBRO DE 2006 – ISSN: 1806-6755**.



IV ENCONTRO REGIONAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GEÓGRAFO – ERCOGeo

“CÊNCIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO: A pesquisa científica, um instrumento essencial na formação de Geógrafos”
24 a 27 de maio de 2023 – Três Lagoas/MS

MARTINS, J. de S. **O cativo da Terra**. São Paulo: Editoria Contexto, p. 04-15, 2010.

MEDEIROS, G. N. de. **OS CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO EM MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO DE 2014-2020**. 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMS, Três Lagoas, 2021.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. *et al.* Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. **Revista Pegada**, [s. l], v. 18, n. 3, p. 7-77, set. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, 2012.

PAULINO, E. T., ALMEIDA, R. A. de. A EFICIÊNCIA DA PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL. Sao Paulo: **Revista Terra Livre**, v. 35, 2010.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. As diferenciações no território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 259-276.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Uma reorganização produtiva do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 105-141.

TEIXEIRA, J. C. A QUESTÃO AGRÁRIA NO PROCESSO HISTÓRICO BRASILEIRO: breves considerações. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 13, p. 135-154, 1 maio 2011.